

## O ENSINO DE MATEMÁTICA NA ESCOLA NORMAL DO PARÁ ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

Mario Oliveira Thomaz Neto  
Universidade do Estado do Pará (UEPA)  
Odozina Farias Braga  
Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Entre o final do século XIX e início do século XX, o Brasil vivenciou tempos de mudanças aceleradas como a falência da Monarquia, a implantação da República, o desenvolvimento da atividade industrial e o processo de urbanização de algumas capitais. Estas mudanças atravessaram a esfera política e econômica vindo a instalar-se na esfera educacional.

A consolidação dessas novas mudanças, supracitadas, estreitou os contatos do Brasil com a Europa, que passaram a ser mais intensos ao que concerne a importação de novas idéias veiculadas e adotadas por grande parte da elite intelectual e das classes dirigentes de então<sup>1[1]</sup>. Entre estas novas idéias, o cientificismo positivista de Augusto Comte tem destaque especial ao ser adotado como crença básica a este novo contexto de transformação da sociedade brasileira.

A ampla divulgação das idéias positivistas comtiana em território brasileiro deve-se, em parte, à concepção de utilidade do saber científico oponente, aquele essencialmente filosófico<sup>2[2]</sup>, não aplicável e, portanto, estéril no que tange à intervenção de uma realidade imediata. Esta nova visão do conhecimento científico, que o compreende como valor utilitário mediante suas variadas possibilidades de aplicações, é o que ,em grande parte, justifica a adoção dos ideais positivistas de A. Comte como aliado das mudanças econômicas engendradas no Brasil da época, isto é, do alargamento do capital por meio do desenvolvimento industrial.

No plano político e educacional os propósitos brasileiros, também pautados no positivismo de Comte, encontram em tais ideais os alicerces teóricos e práticos indispensáveis à edificação de uma nova sociedade. É neste desejo, de

---

<sup>1[1]</sup> RIBEIRO, M. L. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. 6 ed. São Paulo: Moraes, 1986.

<sup>2[2]</sup> SILVA, C. P. A Matemática Superior no Brasil a partir de 1810: uma visão panorâmica. *Temas & Debates*, Blumenau, SC, n.4, p.5-13, 1994.

transformação e consolidação de um novo tempo republicano, que parte da elite intelectual e dirigente política da sociedade brasileira apresenta pontos comuns em seus estudos e propostas de ações. Estas ações pretendem solidificar, não só o desenvolvimento econômico ou o novo regime republicano, mas, também, a educação, por entenderem que é sobre esta última que as duas primeiras irão se edificar. Surge, então, a necessidade de adequação da instrução pública à nova concepção de saber e fazer científico pautado no ideário positivista de A. Comte.

A organização escolar, herdada ainda do império, é alvo de críticas por ser considerada inoperante às novas necessidades vigentes de mercado, ou seja, mão-de-obra qualificada para operar na indústria e comércio em expansão. Sendo assim, tal organização é atingida não só por críticas como também por novas proposições e até decretos que visam sua reformulação e adequação às novas demandas surgidas.

Mesmo tendo início em meados do século XIX este esforço em se reformular e adequar o ensino às novas necessidades do mercado adentra o novo século e começa a tomar maior fôlego no início das suas primeiras décadas. Em se tratando do contexto paraense, especificamente da cidade de Belém, procuramos realizar uma investigação que tenta resgatar a repercussão local deste quadro de transformações anunciada como uma problemática nacional<sup>3[3]</sup>. Assim, optamos por desenvolver uma discussão que tem como foco a formação de professores da Escola Normal ocorrida neste contexto de mudanças, entre finais do século XIX e início do século XX, no que se refere ao ensino de Matemática. Para tal, partimos das seguintes indagações: 1. que concepção de conhecimento científico influenciava o ensino de Matemática no Curso Normal? 2. que conteúdos matemáticos eram trabalhados na formação desses professores e com quais objetivos? e, 3. como era articulada a teoria-prática na formação dos normalistas no que tange ao ensino de Matemática?

Enfim, como era pensada a formação de professores, no que se relaciona à área específica do ensino de Matemática, nos cursos de magistério da Escola Normal em Belém frente a este novo contexto de mudanças.

---

<sup>3[3]</sup> RIBEIRO, M. L. Idem

## **A Reforma da instrução pública primária no Pará (1890/1901)**

A primeira reformulação empreendida pelos dirigentes republicanos na educação data de 07 de Maio de 1890, implementada de acordo com o decreto<sup>4[4]</sup> de n. 149 no então governo de Justo Chermont. Este decreto de 1890, procurava regulamentar a instrução pública, em especial a primária, que ainda encontrava-se regida pela lei n. 1295 de 20/12/1886 do período imperial. Com esta reformulação, de bases republicanas são tomadas as seguintes ações na educação pública: introdução e sistematização da educação física no currículo escolar; regulamentação do tempo máximo de aula; aumento da carga horária dos cursos, sistematização dos cursos através da reformulação das grades de disciplinas; reformulação dos exames finais dos cursos primários e criação de certificados especiais para estes. Estas propostas iniciais faziam parte de um projeto educacional que visava construir uma nova era de cidadãos *sãos, ordeiros e trabalhadores* identificados com os ideais republicanos de *progresso*.

Outros decretos também são dirigidos para a educação como o de 18 de janeiro de 1897 de n. 436<sup>5[5]</sup> que, complementando os esforços republicanos, torna obrigatório o ensino primário aos meninos de 7 aos 14 anos e as meninas de 6 a 12 anos, que, segundo os dirigentes de então, iriam trazer ao ensino público primário o anúncio de uma nova era em acordo com as exigências de uma moderna concepção de escola – gratuita e laica.

Entre outras reformas destaca-se ainda, a dos prédios escolares largamente apoiado por médicos e higienistas que, como Lyra Castro, defendiam que a primeira preocupação do Estado ao inaugurar uma escola devia ser com o seu prédio, a oferecer aos alunos condições higiênicas adequadas para que a partir destes descanse com “*segurança o edifício moral, intelectual e higienico da escola*”.<sup>6[6]</sup>

Em geral, a reforma da instrução pública no Pará, em especial a do ensino primário, pode ser melhor resumida pelas seguintes teses: estabelecimento dos limites da instrução primária, ou, sua divisão e regulamentação; introdução da instrução profissional no ensino primário; implementação da educação nacional e

---

<sup>4[4]</sup> Secretaria de Estado de Educação. *A Educação no Pará*: documentário. Belém, 1987.

<sup>5[5]</sup> Conselho Estadual de Cultura. *A Escola*: Revista Oficial de Ensino. Pará, 1900.

<sup>6[6]</sup> Conselho Estadual de Cultura. Lyra Castro. *Higiene e Educação*.Pará, 1900.

cívica infantil; auxílio aos alunos pobres; obrigatoriedade e liberdade do ensino primário; higiene escolar, edificações escolares e solidariedade do professor primário.<sup>7[7]</sup> A obrigatoriedade, a profissionalização, a higiene escolar e os estudos cívicos presentes nestas novas propostas para a instrução primária, bem como a necessidade de solidariedade dos professores para com tal projeto educacional, indica a existência de um esforço contínuo de reorientação da educação numa perspectiva liberal, influenciada pelo positivismo de A Comte.

Assim, em parte, podemos afirmar que havia localmente uma preocupação das classes dirigentes - afinadas com o ideário republicano - em compartilhar das mudanças políticas que o Brasil já experimentava desde os finais do século XIX, precisamente a partir da consolidação do regime republicano em 1889. Estas mudanças políticas a nível nacional irão também contar com o desenvolvimento da economia gomífera (boom da borracha) na região paraense<sup>8[8]</sup> para basilar as novas reformas em variados setores da sociedade paraense, entre estes o educacional. Tanto que segundo os discursos oficiais:

**“A crítica conscienciosa nos leva a concluir francamente que, em matéria de instrução publica, o decennio republicano representara um período de completa reorganização e de vida; de 1889 data uma nova reorientação, mais pedagógica e conseqüentemente mais proveitosa”<sup>9[9]</sup>**

E ainda,

*“Accresce que os órgãos governativos do Estado não hesitarão em promulgar as medidas que devem facilitar a transição methodica que nos conduza da actual phase do ensino publico, em que ele esta enfeudado...ás de um povir melhor, successivamente atingidas e progressivamente rectificadas de accôrdo com a sã política republicana”<sup>10[10]</sup>*

---

<sup>7[7]</sup> Secretaria de Estado de Educação. *A Educação no Pará*: documentário. Idem

<sup>8[8]</sup> SARGES, M. N. *Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Époque (1970-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

<sup>9[9]</sup> Conselho Estadual de Cultura. *A Escola*: Revista Oficial de Ensino. Pará, 1901, p.275.

<sup>10[10]</sup> Conselho Estadual de Cultura. *A Escola*: Revista Oficial de Ensino. Idem.

## **A Escola Normal como locus de formação de professores.**

Em consonância com a iniciativa de reformulação da instrução pública primária de 1890, o governo de Justo Chermont através do decreto de n. 29 de 04 de Fevereiro de 1890<sup>11[11]</sup> cria duas escolas para a formação de professores, uma para o sexo masculino e outra para o sexo feminino. Neste mesmo ano resolve, através do decreto n. 165 de 28 de outubro, manter uma coeducação dos sexos, reagrupando as duas escolas outrora divididas.

Nos governos posteriores ao de Chermont, continua a jornada de regulamentação e adequação da Escola Normal às novas demandas da instrução pública primária, uma vez que, segundo José Veríssimo, o verdadeiro problema educativo não é reformar o ensino primário, mas sim organizá-lo sob os melhores métodos, tendo em vista que o professor é a base do processo educacional. Logo, a regulamentação e, conseqüentemente, a reformulação da Escola Normal era uma ação governamental que se fazia básica ao ideário de formulação de uma nova sociedade.

As exigências para formação e atuação de professores primários vão se ampliando. Segundo Arthur Vianna a missão do professor, para este novo século que estava a se iniciar, nada teria com a catequese, este seria um problema há muito abandonado. Um parecer do Congresso Pedagógico, sobre a atuação de normalistas, indicava que no Estado se deveria ter sempre a preferência por normalistas titulados para as regências das escolas elementares ou das cadeiras do curso complementar, não podendo ser nomeado nenhum professor efetivo que não fosse normalista formado<sup>12[12]</sup>.

Em 1900 o Pará apresentava o seguinte quadro de servidores públicos titulados com o curso normal, o qual esquematizamos a seguir:

Quadro 1 – Distribuição dos normalistas por local de atuação

<b>Nº de normalistas</b>	<b>Local de atuação</b>
176	Em escolas isoladas
15	Grupos escolares
6	Escolas modelos

<sup>11[11]</sup> Secretaria de Estado de Educação. *A Educação no Pará*: documentário. Idem, ibidem.

<sup>12[12]</sup> Conselho Estadual de Cultura. *A Escola*: Revista Oficial de Ensino. Idem.

6	Nas escolas do instituto “Lauro Sodré”
4	Inspetores escolares
3	Diretores de grupos

No geral havia um total de 256 professores normalistas, sendo que, dentre estes, 50 eram do sexo masculino e 179 do sexo feminino. O número minoritário de homens desempenhando a função de professor primário é justificado em parte aos baixos salários que recebiam os titulados desta profissão. Em meio às reuniões do Congresso Pedagógico do Pará, instituição também responsável pela reformulação e regulamentação da Escola Normal, a questão salarial foi poucas vezes posta em pauta para discussão. Entendiam os congressistas que esta seria uma temática alheia aos objetivos de tal instituição, como podemos observar no diálogo a seguir:

“ \_ O sr. Domingos Guimarães: Porque todo mundo sabe qual o número de professores que annualmente sae da Eschola Normal, graças á exigüidade dos vencimentos que recebem no desempenho de tão árdua quão nobilitante profissão...a instrucção publica terá, dentro em pouco tempo, de ser inteiramente entregue a leigos, porque, com 2/3 partes dos vencimentos fixados aos professores não há ninguém que queira exercer, por devotamento a causa da instrucção, o magistério.

\_ *Virgílio Cardoso (presidente): Peço ao ilustre congressista que se restrinja à questão de ordem. Tal tema não está em discussão e nem é dos fins deste congresso...*

\_ *O sr. Domingos Guimarães: Nem o estou discutindo...é que na minha circunscricção por exemplo, não há um só professor normalista do sexo masculino...*

\_ *O sr. Arthur Vianna: Esta questão de vencimento é, para nós uma questão secundária, fora de todo o plano do Congresso. (apoiado)<sup>13[13]</sup>*

Ainda nesta mesma reunião do Congresso Pedagógico, que procurava incrementar a instrução pública através da reformulação da Escola Normal, o congressista Antonio Macedo apresenta uma proposta para a formação de normalistas que, segundo este, não implicaria em aumento e despesas para o governo, a saber: o combate à idéia de que o professor tem necessidade de ser um enciclopedista fictício; o aprofundamento do professor numa única disciplina como proveito para si e para seus alunos; a responsabilidade por uma única disciplina,

<sup>13[13]</sup> Conselho Estadual de Cultura. *A Escola*: Revista Official de Ensino. Idem, ibidem, p.275.

ficando a trocar de turma toda vez que acabar seu tempo, o que incorreria em falta de tédio para os alunos e maior ânimo de espírito para os professores e, por fim, incentivar a mocidade a freqüentar a escola normal, o que elevaria o magistério uma vez que “*dele depende em grande parte o futuro da pátria*”<sup>14[14]</sup> Tais idéias não se constituíram em decretos ou pareceres de reformulações da Escola Normal, contudo, deixam pistas do pensamento reinante naquela época, que norteava a reformulação da formação de professores primários, uma vez que a proposta foi de imediato apoiada pelos intelectuais congressistas. A concepção de conhecimento, do saber e fazer pedagógico no currículo da Escola Normal é revisitado sob os cânones do positivismo de A Comte. Há uma preocupação com a aplicação do que se aprende e se ensina, isto pode, em parte, ser explicado pelo próprio momento de mudanças políticas, sociais e econômicas que experimentava a região paraense.

No governo de Augusto Montenegro é construída a ala direita da Escola Normal a qual é anexado um grupo modelo, cujo objetivo era o de proporcionar aos alunos-mestre a articulação das novas teorias à prática. Esta preocupação com a relação teoria e prática do professorado é uma constante nesse momento histórico, tanto que o Congresso Pedagógico no Pará em 1901<sup>15[15]</sup> emite um parecer que orienta o Estado a exigir de qualquer servidor público uma determinada soma mínima de conhecimentos profissionais. O congressista Cantídio Guimarães em seu discurso de apoio a tal parecer assegura que é condição essencial à função de mestre, não só saber ensinar, como principalmente saber o que vai ensinar.

### **O ensino de Matemática no curso de formação de professores primários**

Dentre as reformulações por quais passava a Escola Normal estava a reorientação da grade curricular do curso de professores primários, que eram, agora, discutidos no Congresso Pedagógico<sup>16[16]</sup> a partir de comissões específicas de área como a de Matemática, a qual era composta pelos professores doutores Ignácio Moura, Henrique Santa Rosa e Victor Maria da Silva . Através do decreto n. 1001 de 20 de Abril de 1901, são anexadas as disciplinas de Aritmética, Álgebra e Geometria ao curso normal. Juntamente com a inclusão de novas disciplinas são redistribuídas

---

<sup>14[14]</sup> Conselho Estadual de Cultura. *A Escola: Revista Oficial de Ensino*. Idem, ibidem, p.323.

<sup>15[15]</sup> Conselho Estadual de Cultura. *A Escola: Revista Oficial de Ensino*. Idem, ibidem.

<sup>16[16]</sup> Instituto Estadual de Educação do Pará. *Diário Oficial*. Anno X, n.2497, jan, 1900.

as cargas horárias com o objetivo de melhor qualificar o profissional de então. O curso tinha duração de quatro anos e possuía a seguinte estrutura:

Quadro 2 – Grade de disciplinas do Curso Normal em 1901

1° ANO		2° ANO		3° ANO		4° ANO	
Disciplina	CH	Disciplina	CH	Disciplina	CH	Disciplina	CH
Português	3	Português	3	Português	3	Português e Noções de Literatura	3
Francês	3	Francês	3	Noções de História Geral	2	Geografia do Brasil, especialmente do Pará	3
Aritmética	4	Geografia	2	Noções de Física, Química e História Natural	5	História do Brasil, especialmente do Pará	4
Desenho	3	Noções de Álgebra e Geometria	2	Instrução Moral e Cívica	3	Cosmografia	1
Caligrafia	2	Desenho	3	Pedagogia e Notícia sobre a legislação do Ensino	3	Noções de Agronomia	2
		Caligrafia	2				

O ensino de Matemática no Curso Normal é aplicado nos 1º e 2º anos, através do estudo de Aritmética, com uma carga semanal de 4 horas no 1º ano e do estudo da Álgebra e Geometria com 2 horas semanais no 2º ano, onde são trabalhadas apenas noções. Há uma preponderância do ensino da Aritmética em relação ao da álgebra e da geometria, o que é justificado pelo discurso que lega a esta o termo final de todas as questões Matemáticas e por outro lado a caracteriza como base indispensável e necessária para o estudo deste campo do conhecimento<sup>17[17]</sup>.

A concepção de conhecimento científico que permeava o ensino de Matemática estava ancorada no positivismo de A. Comte, como observamos no discurso presente em algumas obras de Matemática encontradas no acervo bibliográfico da Escola Normal. Estas obras datadas da época em questão representavam parte da linha de pensamento norteadora do ensino de Matemática, uma vez que eram adotadas pelos lentes (professor de curso superior) com o objetivo de *ensinar a raciocinar racionando* sobre as teorias do conhecimento

<sup>17[17]</sup> Conselho Estadual de Cultura. *A Escola no Pará: revista de ensino*. Pará, 1900.



matemático. Entre estas obras utilizadas podemos citar as enciclopédias *Bibliotheca do Povo e das Escolas* de 1898 com textos de Luiz Feliciano Marrecas Ferreira, *Curso Normal de Mathematica* de 1907 de J. Eulálio e *Mathematica ou Lógica* de Manoel de Almeida Cavalcanti do ano de 1907.

Na obra *Mathematica ou Lógica*, Manoel de Almeida Cavalcanti considera que explicar o mundo e o homem é o duplo e contínuo objeto de toda teoria e prática. Este conhecer seria o entendimento das leis dos fenômenos gerais, único recurso de que dispomos para entender e explicar o real. Para o autor, conhecer, aprender e ensinar Matemática seria antes de tudo teorizar suas leis gerais para só depois aplicá-las; começar dos fenômenos mais gerais e mais simples para em seguida ser abordado o particular, que seriam os mais complexos. Tal deveria ser a marcha mais metódica do ensino de Matemática que, mesmo sendo essencialmente abstrata, não se absteria de aliar o saber teórico a sua aplicação. Essa concepção acerca do pensamento matemático, que se mantém norteadora do ensino da Matemática na Escola Normal, seria, segundo Silva,<sup>18[18]</sup> considerada *démodé* na França, embora fosse aceita como válida no ensino superior de Matemática no Brasil nesse mesmo período.

A proposta de instrução oficial no Pará reorientaria que o ensino de Matemática na Escola Normal, deveria ser estudada focalizando sua parte histórica, sua parte teórica, sua parte prática e sua parte filosófica. A justificativa, para o modelo de ensino proposto, estaria na idéia do ensino de Matemática enquanto saber científico útil e necessário aos meios sociais e comerciais então em expansão no Pará republicano da primeira década do século XX. Neste contexto o papel destinado ao professor primário seria o de divulgador destas primeiras lições matemáticas e, portanto, deveria estar qualificado à luz deste novo paradigma científico para contribuir, efetivamente, com a construção - no interior das escolas públicas - de mão-de-obra que se fazia necessária à região em vias de desenvolvimento na entrada do novo século.

A distribuição por ano das disciplinas e programas de Matemática trabalhada na Escola Normal, contemplava em Aritmética o sistema decimal de numeração, as operações sobre números inteiros e frações, as transformações que estas comportavam até as dízimas periódicas, fazendo durante o curso o uso

---

<sup>18[18]</sup> SILVA, C. P. Idem.

habitual do cálculo mental e do método de redução à unidade; tratava ainda das proporções e suas aplicações – progressões e logaritmos. Com relação ao estudo da Álgebra, esta deveria ser conduzida até às equações do segundo grau e por fim, a Geometria seria estudada com o desenvolvimento usual relativo a igualdade, a semelhança, a retificação da circunferência, avaliação das áreas e dos volumes, com abundantes aplicações práticas das seções cônicas e com o traçado e principais propriedades das curvas correspondentes<sup>19[19]</sup>.

Segundo a proposta oficial de reformulação do programa de ensino de Matemática, os lentes deveriam considerar as disciplinas aritmética, álgebra e geometria não só como um complexo de teorias úteis em si mesmas, de que os alunos deveriam ter conhecimento para aplicá-las às necessidades de vida, mas, também, considerá-las como poderoso meio de cultura mental, tendente a vivificar e desenvolver a faculdade do raciocínio. Este programa ainda assinala que os lentes deveriam atentar acuradamente ao lado prático, de maneira que o ensino se tornasse utilitário através de numerosos exercícios de aplicação e por judiciosa escolha de problemas graduados da vida comum.

Compondo a reformulação do programa de ensino de Matemática, o estudo das disciplinas deveria acompanhar o ensino prático dos alunos na escola modelo anexada à Escola Normal. Este estágio ocorria desde o 1º ano, onde os alunos eram alocados em grupos de dois para cada curso, sendo que os do 1º ano exercitariam no ensino primário do curso elementar, os do 2º ano no do curso primário médio e os do 3º e 4º anos no ensino primário do superior.

A preocupação do Estado com a formação dos professores primários e, conseqüentemente, com a educação pública faz com que seja exigida não só a qualificação do normalista, como também dos professores deste curso de formação. Havia uma exigência que os habilitados a lecionarem na Escola Normal estivessem em consonância com as discussões teóricas e práticas difundidas pelos Institutos de Educação Superior no Brasil. Este cuidado pode ser observado no edital do concurso para o cargo efetivo da cadeira de Aritmética, quando estariam inicialmente habilitados a inscreverem-se os que pudessem provar ser cidadão brasileiro, ter mais de 21 anos, possuir moralidade e bom comportamento, ter sido vacinado ou já afetado por varíola, não sofrer moléstia contagiosa ou repugnante, nem ter defeito

---

<sup>19[19]</sup> Instituto Estadual de Educação do Pará. *Diário Oficial*. Idem.

físico que o incompatibilize com o exercício do magistério e ter efetuado o pagamento na recebedoria da taxa de 20\$000rs (vinte réis) para o fundo escolar. Tendo o candidato conseguido vencer este primeiro nível de exigências receberia os pontos (conteúdos) para concorrer à cadeira de Aritmética que seriam:

*I- Logar lógico da Arithmética no conjunto da ciência matemática. Estudo filosófico da sua constituição, divisão e coordenação lógica, Histórico-científico da Arithmetica.*

*II – Teoria da numeração, sistemas diversos de numeração e sua comparação. Sistema decimal, suas vantagens ou defeitos. Sistema romano.*

*III – Teoria dos números inteiros. Teoria geral das operações da Arithmetica sobre os números inteiros.*

*IV- Teoria dos números fraccionarios, concepção concreta e abstrata da sua formação ou origem. Teoria geral das operações da Arithmetica sobre os números fraccionarios.*

*V – Teoria dos números incomensuráveis, concepção concreta e abstrata da sua formação ou origem. Teoria geral das operações da Arithmetica sobre os números incomensuráveis.*

*VI – Teoria das conversões na Arithmetica. Noção de limite.*

*VII – Teoria dos números primos e suas aplicações nas operações da Arithmetica.*

*VIII – Teoria dos números primos e suas aplicações.*

*IX – Teoria das razões. Aplicação desta teoria na regra de três. Aplicações da regra de três. Aplicação da regra de três no domínio da Arithmetica prática.*

*X – Séries Arithmeticas. Teorias das progressões e dos logarítimos. Aplicação destas teorias no domínio da Arithmetica.*

*XI – Sistemas metrológicos, especialmente o decimal francez, seu histórico. Vantagens deste sobre os outros e apreciação da sua uniformidade e nomenclatura. Aplicações e conversões<sup>20[20]</sup>.*

Os conteúdos supracitados ilustram, em parte, a gama de conhecimentos matemáticos inerentes ao saber-fazer dos lentes candidatos a uma cadeira de Aritmética naquele estabelecimento de ensino, como também nos deixam pistas do rol de conteúdos matemáticos a serem estudados e praticados pelos professores

---

<sup>20[20]</sup> Instituto Estadual de Educação do Pará. *Diário Oficial*. Anno X, n.2557, abr, 1900.

normalistas. Enfim, podemos compreender que havia localmente, em acordo com o cenário nacional de mudanças, uma preocupação com a qualificação da instrução uma vez que os dirigentes republicanos acreditavam que a educação era a base em que se iria edificar a sociedade republicana no país. Para tanto, entre finais do século XIX e início de século XX, a elite dirigente não mede esforços em preparar com êxito seus futuros cidadãos que, ordeiros e trabalhadores possam contribuir para o *progresso* da nascente pátria republicana. É neste contexto que o conhecimento matemático numa concepção utilitarista de ciência de meados do século XIX, inspirados nos estudos de A. Comte vai tomando espaço em nome do crescimento econômico e da construção de uma nova sociedade paraense.